

# RETROCESSO

## JUSTIÇA volta atrás e mantém eleições ANTIDEMOCRÁTICAS na Fundação Atlântico

Em mais um capítulo da luta contra o GOLPE nas eleições de cartas marcadas na Fundação Atlântico, para os conselhos Deliberativos e Fiscal, os telefônicos ativos e aposentados do Rio Grande do Sul buscam, através de várias ações individuais na Justiça, garantir o legítimo direito ao voto direto para os conselheiros candidatos. Não se aceita a forma indireta através dos tais “colégios eleitorais”, formados por poucos delegados, desconhecidos e indicados, sem nenhuma representação na base da categoria.

No primeiro momento, obtivemos uma importante vitória na Justiça com a decisão do desembargador Luís Augusto Coelho Braga, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), determinando através de liminar a suspensão das eleições indiretas da Fundação Atlântico de Seguridade Social, realizada em dezembro/2015. A decisão foi proferida no agravo de instrumento 70067840371, que tramita na 6ª Câmara Cível do TJRS.

Esta decisão, proferida a partir do processo de uma participante da Fundação, atende aos interesses legítimos dos participantes ativos, aposentados e pensionistas e da maioria das entidades representativas, como sindicatos e associações de aposentados, por exemplo: Sinttel/RS, AACRT, Anapar, Fenapas e Fitratelp, que discordam da eleição indireta, determinada pela empresa patrocinadora Oi e atual presidência da Fundação Atlântico, com a complacência da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar).

De fato, existe a convicção de que essas eleições representam uma manobra espúria contra o direito de voto dos participantes e assistidos, uma vez que menos de 1% dos 28 mil eleitores participaram da decisão de escolher, em assembleias inoportunas e esvaziadas, aqueles que deveriam representar seus interesses junto à Fundação.

Além de um golpe contra a democracia, as eleições com cartas marcadas promovidas pela Oi e Fundação Atlântico também são uma forma de restringir o acompanhamento e a fiscalização dos participantes e assistidos sobre os recursos que são seus.

Está evidente que o interesse da empresa patrocinadora é que os escolhidos pelo processo eleitoral espúrio sejam subservientes aos interesses da empresa e sejam omissos na defesa

dos direitos dos participantes.


Contudo, o mesmo desembargador relator Luis Augusto Coelho Braga, atendendo petição da Fundação e revendo seu posicionamento inicial na liminar, REVOGOU a decisão tomada, permitindo a continuidade da eleição. Esta nova decisão do desembargador não é definitiva, pois a questão ainda será submetida ao grupo da 6ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado composto por dois desembargadores além do relator, pela qual esperamos seja, de fato, determinada a suspensão desta eleição espúria aos legítimos direitos dos participantes.

Vale lembrar que há mais de trinta ações individuais dos participantes na Justiça, contestando este processo eleitoral, e que as entidades de classe e associações só recorreram aos tribunais depois das inúmeras tentativas infrutíferas de mudar o formato da eleição. As nossas denúncias continuam sendo ignoradas, inclusive pelo órgão fiscalizador, a Previc, e pelo Ministro da Previdência Carlos Eduardo Gabas, em pessoa.

Essa falta de transparência na gestão dos nossos recursos, aliada ao autoritarismo da patrocinadora e à omissão das autoridades, relega os participantes e assistidos à posição de expectadores, meros passageiros da Fundação Atlântico, sem qualquer poder de influir e, principalmente, de fiscalizar e zelar pelos recursos que representam a própria sobrevivência.

O grupo estratégico GINP, composto por integrantes das diretorias das entidades Sinttel/RS e AACRT, repudia de forma veemente a postura da Fundação Atlântico e de seu presidente, bem como da própria direção da Oi, e principalmente, do órgão fiscalizador Previc na condução deste processo eleitoral, sempre com decisões contrárias aos participantes, e que colocam sob risco maior ainda, as aposentadorias dos participantes, construídas durante décadas de sacrifício com parte da sua própria renda.

Pela importância inequívoca que têm os representantes dos trabalhadores ativos e aposentados nos CONSELHOS Deliberativo e Fiscal de um fundo de pensão, nós, telefônicos gaúchos e suas entidades, CONTINUAREMOS na luta por uma ELEIÇÃO DIRETA, legítima e participativa.



É muita falta  
de transparência.  
Não pode  
ficar assim.

